

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90002/2026

PROCESSO: 6018.2025/0132526-7

TIPO: MENOR PREÇO (VALOR MENSAL ESTIMADO)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, de acordo com as especificações contidas ao Anexo I – Termo de Referência.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/04/2026 – 08h00

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1** Embasamento Legal;
- 2** Objeto;
- 3** Condições de Participação;
- 4** Acesso às Informações;
- 5** Impugnação do Edital;
- 6** Apresentação da Proposta de Preços
- 7** Abertura da Sessão e Classificação Inicial das Propostas de Preços;
- 8** Etapa de Lances;
- 9** Modo de Disputa Aberto e Fechado;
- 10** Julgamento;
- 11** Habilitação;

- 12** Fase Recursal;
- 13** Adjudicação e Homologação;
- 14** Preço, Repactuação e Dotação;
- 15** Condições do Ajuste;
- 16** Prazo para Início da Prestação dos Serviços e Condições;
- 17** Condições de Recebimento dos Serviços;
- 18** Condições de Pagamento;
- 19** Penalidades;
- 20** Disposições Gerais.

II ANEXOS

- ANEXO I:** Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento do Objeto – Relação de Equipamentos; Modelo de Atestado de Vistoria; Minuta do Termo de Contrato
- ANEXO II:** Modelo da Proposta de Preços
- ANEXO III:** Modelo de Declaração sobre Tributos Municipais
- ANEXO IV:** Modelo Referencial de Declarações
- ANEXO V:** Critérios de Análise Econômico-Financeira
- ANEXO VI:** Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela **SMS/COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE**, situada na Avenida Pires do Rio, 2.480 – Jd. Lucinda, São Miguel Paulista, São Paulo, Capital, CEP 08041-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **menor preço (valor mensal estimado)**, objetivando a contratação dos serviços descritos na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - **UASG nº 925209**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **08h00 do dia 07/04/2025**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – **UASG nº 925209 – Coordenadoria Regional de Saúde Leste**.

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2 OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto a **Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da**

Coordenadoria Regional de Saúde Leste, de acordo com as especificações contidas ao Anexo I – Termo de Referência.

- 2.1.1** As empresas interessadas, por intermédio de seu respectivo representante legal, devidamente habilitado, ou seu responsável técnico, no presente Edital, e tomar conhecimento das condições para execução dos serviços, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da proposta ou do perfeito cumprimento do contrato.
- 2.1.2** A vistoria técnica é facultativa e poderá ser realizada até o dia **01/04/2026**, com agendamento prévio, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 9h00 as 15h00, conforme contatos das unidades disponível no Anexo I – Termo de Referência.
- 2.1.3** Para realização da vistoria técnica facultativa, o representante legal ou o responsável técnico da empresa deverá apresentar-se devidamente uniformizado com crachá e documento de identificação.
- 2.1.4** O Representante da empresa que efetuar a vistoria, deverá apresentar o atestado de vistoria devidamente assinado pela Unidade do equipamento.
- 2.1.5** A não realização de vistoria implica na aceitação tácita das condições locais.
- 2.2** Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.
- 2.3** Havendo divergência no descritivo do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> prevalece o estabelecido em Edital.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

- a)** Atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.**

- a.1** As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.
- b)** Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c)** **Não** estejam sob processo de falência;
- c.1** É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;
- d)** **Não** tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;
- e)** **Não** estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Prefeitura do Município de São Paulo;
- f)** **Não** se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):
- f.1** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- f.2** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- f.3** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de

escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

f.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

f.4.1 As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

f.5 Não poderão participar da licitação OSCIP's (Organizações da Sociedade de Interesse Público) atuando nessa condição;

f.6 Fica vedada a participação de Cooperativa, nos termos do inciso XI do Art. 10 do Decreto Municipal Nº 62.100/2022.

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1 **Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014** no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não

tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.3 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.4 A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

3.5 Possuir conta corrente no Banco do Brasil, nos termos do Decreto 51.197/2010.

4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico licitacaocrsleste@prefeitura.sp.gov.br.

4.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame,

mediante petição apresentada via e-mail, licitacaocrsleste@prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

5.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a)** do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2 Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.

5.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, até a data e o horário

estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

6.1.1 A licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor”, e “Descrição Detalhada dos Serviços Ofertados”, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência - Anexo I e Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste Edital.

6.1.2 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.1.3 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

6.1.4 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

6.1.5 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.6 Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

6.1.7 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

6.1.8 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 6.1. deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e

declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

6.1.9 A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

7.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

7.3 Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c)** Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8 ETAPA DE LANCES

- 8.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.
- 8.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.
- 8.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 635,00 (seiscentos e trinta e cinco reais)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.4** A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 8.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.8** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:
- 8.8.1** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa

que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

8.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

8.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

8.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.10 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

- 8.11** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.
- 8.12** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.
- 8.13** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.
- 8.14** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir de solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado.
- 8.15** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 9.1** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 9.2** No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.
- 9.3** Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.4** Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 9.4.1** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de

classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.5 Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

10 JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

10.2 É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

10.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

10.4 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.

10.5 Para a aquisição de bens é indício de inexecutabilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.

10.6 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

- 10.7** O termo de referência poderá exigir a apresentação de amostra, devendo o licitante classificado em primeiro lugar apresentá-la, no dia, local e horário apresentado no sistema, facultada a presença de todos interessados.
- 10.8** Os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e, acaso não houver entrega, atraso injustificado, ou amostra fora das especificações, a proposta será recusada, seguindo-se a análise do segundo classificado em relação à aceitabilidade de sua proposta e amostra e assim sucessivamente.
- 10.9** Visando a celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada pelo pregoeiro através do Chat, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação.

11 HABILITAÇÃO

- 11.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.
- 11.2.1** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 11.2.2** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11.6 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.
- 11.2.3** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 11.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou

dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
 - c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
 - d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
 - d.1)** No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder, **além da** Certidão Negativa de Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo.
 - e) Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada, conforme modelo constante no ANEXO III deste Edital e apresentar Certidão do Município sede da licitante;
 - f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
 - g) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
 - h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.
 - i) Regularidade perante o Cadin Municipal.
- 11.5.2.1** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.
- 11.5.2.2** Consoante com os arts. 42 e 43 da Lei Complementar 123/06, a regularidade fiscal para empresas com enquadramento ME/EPP's serão exigidas na assinatura do contrato, mas deverão, obrigatoriamente, por

ocasião da participação no certame, apresentar toda a documentação fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

- a)** Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
 - a.1)** Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
 - b.1)** Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;
 - b.2)** Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
 - b.2.1)** Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
 - b.2.2)** As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.3) A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no ANEXO V será considerada inabilitada.

c) Patrimônio líquido ou capital social correspondente a 5% do valor estimado da contratação.

d) Para comprovar a boa situação financeira da licitante, serão considerados: o Índice de Liquidez Corrente (ILC), o Índice de Liquidez Geral (ILG) e o Índice de Solvência Geral (ISG) que serão apurados por fórmulas, cujo resultado deverá ser maior que 1 (um) e o cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio devidamente assinado por contabilista habilitado.

d.1) A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no subitem d) será habilitada desde que tenha capital social equivalente a 5% (cinco por cento) do valor médio estimado da contratação.

11.5.4 Qualificação técnica:

11.5.4.1 Conforme Item 6. Habilitação Técnica do Anexo I – Termo de Referência.

11.5.5 Outros Documentos:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

11.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO IV do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

- 11.6.2** Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 11.6.3** Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.
- 11.6.4** Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.6.4.1** Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 11.6.4.2** Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 11.6.5** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
- 11.6.6** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 11.6.7** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 11.6.8** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:
- a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
 - b)** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

- c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico [https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes ui/asp/sancoes.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx);
- d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

11.6.8.1 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.7 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.7.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.7.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

11.7.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.7.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado,

salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.7.4 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.7.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12 FASE RECURSAL

12.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

12.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 12.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 12.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 12.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 PREÇO, REPACTUAÇÃO E DOTAÇÃO

- 14.1** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 14.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 14.3** Os pedidos de repactuação, os quais não poderão compreender custos extraordinários, dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços e acordo, convenção ou dissídio coletivo de

trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.

- 14.3.1** A planilha que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 14.3.2** A primeira repactuação observará o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço ou da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos.
- 14.3.3** A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá à data do pedido e não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.
- 14.3.4** As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, observados os procedimentos previstos nos arts. 129 a 137 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022.
- 14.3.5** Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.
- 14.4** Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação número 84.26.10.301.4015.2.520.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0 do orçamento vigente.

15 CONDIÇÕES DO AJUSTE

- 15.1** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme **Minuta de Termo de Contrato Anexo III do Termo de Referência**.
- 15.2** Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.
- 15.2.1** Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.
- 15.2.2** A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 15.2.3** Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.
- 15.3** O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 19 deste edital.

- 15.3.1** O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 15.3.2** O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- 15.4** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.
- 15.4.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.
- 15.4.2** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <http://enegocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – UASG nº 925209 – SMS/Coordenadoria Regional de Saúde Leste.
- 15.4.3** Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.
- 15.5** A licitante vencedora:
- a)** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;
 - b)** deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.

- c) deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

16 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

16.1 A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Ordem de Início dos Serviços.

16.1.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta que deverá estar de acordo com o Termo de Referência, nos locais e horários lá devidamente discriminados, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

16.2 O prazo de execução do contrato terá duração de 12 meses, contados da data de início da execução, prorrogável por até 05 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na Minuta de Termo de Contrato - Anexo III do Termo de Referência.

16.2.1 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

16.2.2 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

16.2.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

16.2.4 Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

16.3 A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

16.4 Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

17 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

17.1 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da Minuta de Termo de Contrato, Anexo III do Termo de Referência.

17.2 Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal 62.100/22, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

18 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante a entrega dos serviços e a entrega, na Unidade Requisitante, dos documentos discriminados na cláusula 18.3 deste edital e o atestado de recebimento e aprovação do serviço pela Prefeitura.

18.1.1 A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

18.1.2 Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida,

reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

18.1.3 Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

18.2 Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

18.3 Os pagamentos obedecerão as Portarias da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF) em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

19 PENALIDADES

19.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21.

19.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

19.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de **20% (vinte por cento)** do valor do ajuste se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

- 19.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.
- 19.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 19.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.
- 19.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas **conforme cláusula décima da Minuta de Termo de Contrato contida ao Anexo III do Termo de Referência.**
- 19.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 19.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Autoridade Competente, através do correio eletrônico (e-mail) a ser informado na notificação.
- 19.6.1** Não serão **conhecidos** recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
- 19.6.2** Caso a **Contratante** releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

- 19.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021
- 19.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

20 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1** No julgamento da habilitação e da proposta, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 20.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

- 20.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 20.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 20.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 20.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 20.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 20.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 20.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 20.12** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 20.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 20.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

- 20.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 20.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 20.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
- 20.18** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 20.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br>.
- 20.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 20.21** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 13 de março de 2026.

Nilza Maria Piassi Bertelli
Autoridade do Pregão
SMS/Coordenadoria Regional de Saúde Leste



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Núcleo de Manutenção

Avenida Pires do Rio, 199, - Bairro São Miguel Paulista - São Paulo/SP - CEP 08020-000
Telefone:

Termo de Referência

PROCESSO Nº 6018.2025/0132526-7

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da Coordenadoria Regional de Saúde Leste.

2. UNIDADES CONTEMPLADAS

A contratação dos serviços de manutenção abrangerá 170 equipamentos existentes nas seguintes unidades geridas diretamente pela CRS Leste e cujas especificações constam no Anexo I:

AE José Bonifácio IV

R. ANDREAS AMON, 150 - ITAQUERA

CEP: 08255-130

Fone: 2523-3322

Centro de Referência Saúde do Trabalhador

R. BARROS CASSAL, 71 - ITAQUERA

CEP: 08210-180

Fone: 5237-8370 / 5237-8365

CEO II Itaquera

R. ANDREAS AMON, 150 - JOSE BONIFACIO

CEP: 08255-130

Fone: 2522-8287

CEO I São Miguel

R. JOÃO AUGUSTO DE MORAIS, 348 - SAO MIGUEL PAULISTA

CEP: 08010-130

Fone: 2033-0511

CRS Leste / Sede

Avenida Pires do Rio, 2480

CEP: 08041-000

Fone: 5193-0640

CRS Leste / Almoxarifado, Gráfica e SAMU

Avenida Pires do Rio, 191

CEP: 08020-000

Fone: 5193-0664

CRS Leste / Escola Técnica e Recursos Humanos

Endereço: R. Pedro Avelino, 142 - Vila Dr. Eiras, São Paulo - SP

CEP: 08010-170

Fone: (11) 2017-2971

CTA São Miguel

R. JOSE ALDO PIASSI, 85 - SÃO MIGUEL PAULISTA

CEP: 08011-300

Fone: 2297-6052

CTA Sérgio Arouca

R. VALENTE DE NOVAIS, 131 - ITAIM PAULISTA

CEP: 08120-420

Fone: 2561-3052

Laboratório Municipal de São Miguel

AV. MARIA SANTANA, 1069 SAO PAULO - SAO MIGUEL PAULISTA

CEP: 08040-600

Fone: 2057-5708

PADI Leste

Avenida Professor João Batista Conti, 829 – Itaquera

CEP 0825-210

Fone: 5237-8763

SAE DST/AIDS Cidade Líder II

R. MEDIO IGUAÇU, 86 - CIDADE LIDER

CEP: 08285-130

Fone: 2748-0255

SAE DST/AIDS Fidélis Ribeiro

R. PEIXOTO, 100 - PONTE RASA

CEP: 03627-010

Fone: 2621-0217

SAE DST/AIDS São Mateus

AV. MATEO BEI, 838 1º ANDAR - SÃO MATEUS

CEP: 03949-000

Fone: 5237-8915

SAMU - Base CRS Leste

Avenida Pires do Rio, 191 - Vila Americana

CEP: 08020-000

STS Ermelino Matarazzo

Avenida São Miguel, 5977 - Ermelino Matarazzo

CEP 08070-002

Fone: (11) 5193-0605

STS Guaianases

Estrada Itaquera Guaianazes, 2722A – Guaianazes

CEP 08420-495

Fone: (11) 5108-7810

STS Itaquera

Rua Américo Salvador Novelli, 154 - 1º andar – Itaquera

CEP 08210-090

Fone: (11) 5193-0215

STS São Miguel

Rua Dona Ana Flora Pinheiro de Souza, 76 – São Miguel Paulista

CEP: 08060-150

Fone: (11) 5128-1786

UBS Itaim Paulista - Dr. Júlio de Gouveia

PRAÇA MAJOR JOSE LEVY SOBRINHO, 139 - ITAIM PAULISTA

CEP: 08110-460

Fone: 2561-9443

UBS Vila Jacuí

R. EDIPO FELICIANO, 165 - VILA JACUÍ

CEP: 08060-220

Fone: 2297-8709

UBS Vila Nossa Senhora Aparecida

R. PAULINO SERQUEIRA X GUAIA GUAÇU, 1 - ITAQUERA

CEP: 08215-160

Fone: 5237-9755

UBS Vila Regina

R. CATARINA LOPES, 450 - VILA REGINA

CEP: 08225-000

Fone: 2205-6003 / 2944-7662

URSI São Mateus

R. ANGELO DE CANDIA, 1109 - SÃO MATEUS

CEP: 03958-000

Fone: 5237-9820

UVIS Itaquera

Rua Silvianópolis, 569 - Jardim São Pedro

CEP: 08420-680

Fone: 5237-9176

UVIS / NEC São Mateus

Av. Ragueb Chohfi, 1400 - Jardim Três Marias

CEP: 08375-000

Fone: 5237-9091 / 5237-9103 / 5237-9092

UVIS São Miguel

Rua Engenheiro Manuel Osório, 25 - Vila Dr. Eiras

CEP 08010-160

5237-9115/ 5237-9116/ 5237-9117/ 5237-9119/ 5237-9120

3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1 As manutenções preventivas e corretivas serão feitas de forma a abranger todos os serviços necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos, mediante ações e inspeções para ligamento, desligamento, acompanhamento, lubrificação, limpeza, ajustes, reapertos, testes dos componentes das instalações, substituições de peças e demais serviços relacionados, conforme os equipamentos já existentes, por profissionais devidamente qualificados para cada função a desempenhar.
- 3.2 As manutenções preventivas serão realizadas bimestralmente em cada equipamento que esteja em perfeitas condições de funcionamento.
- 3.3 As manutenções corretivas deverão ser realizadas a qualquer tempo e quantas vezes forem necessárias para reestabelecer o perfeito funcionamento dos equipamentos. As solicitações para manutenções corretivas deverão ser atendidas em até 01 (um) dia útil contado a partir do recebimento da solicitação pela CONTRATADA através de e-mail, telefone, aplicativo de mensagens e/ou outro meio a ser estabelecido pela CONTRATANTE.
- 3.4 A CONTRATADA deverá apresentar em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), conforme a Lei nº 13.589/2018, Portaria MS/GM nº 3.523 de 28/08/1998 e demais normativas correlatas. Deverão ser contemplados todos os equipamentos. Este prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa da contratada e aprovação do gestor do contrato. As unidades e equipamentos deverão ser agrupadas e escalonadas conforme as necessidades e conveniências da CONTRATANTE.
- 3.5 A instalação ou desinstalação de equipamentos se dará sempre que necessário a partir de solicitação de CONTRATANTE, limitando-se a 05 ações por mês, para as quais deverão ser apresentadas planilhas de composição de preços e serem previamente validadas pelo gestor e/ou fiscais do contrato. Excepcionalmente, mediante autorização do Gestor do Contrato, essa quantidade mensal poderá ser alterada não podendo, no entanto, ultrapassar o limite de 60 instalações ou desinstalações por ano.
- 3.6 A execução dos serviços deverá receber o emprego de materiais adequados e condizentes com a boa técnica, bem como ser executado em conformidade com as determinações das normas da ANVISA, ABNT e demais dispositivos previstos em leis específicas, através de técnicos habilitados em contingente suficiente ao atendimento da demanda com a utilização de ferramentas e equipamentos apropriados, de acordo com as recomendações do fabricante, de modo a garantir a conservação da vida útil dos equipamentos e o seu perfeito funcionamento.
- 3.7 Quaisquer serviços de mão de obra para manutenção de equipamentos que se fizerem necessários ficarão a cargo da CONTRATADA.
- 3.8 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar ao gestor e fiscais do contrato os e-mails e números de telefones de contato para situações normais e de urgência.
- 3.9 A CONTRATADA deverá emitir relatórios individuais de performance dos aparelhos após as manutenções e/ou instalações, os quais deverão ser entregues aos fiscais do contrato, preferencialmente por meio digital, devidamente assinados pelo técnico responsável, com identificação da empresa e assinatura do(s) servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento dos serviços nas respectivas unidades. Deverão constar nos relatórios:
- a) descrição sumária dos serviços realizados em cada equipamento, com a indicação da marca, modelo, BTUs, nº de série, nº de patrimônio (se houver) e localização (unidade, sala, etc.);
 - b) data e hora de início e término dos serviços;
 - c) condições encontradas e/ou eminências de ocorrências que possam prejudicar o perfeito

- funcionamento dos equipamentos consertados.
d) fotos das peças e equipamentos antes e depois das manutenções.

3.10 A CONTRATANTE por intermédio dos fiscais do contrato se dá o direito de analisar se os serviços estão sendo executados conforme previsão contratual, podendo solicitar a substituição dos funcionários a fim de sanar irregularidades e/ou situações de ordem técnica e/ou ética que impeçam o bom andamento dos trabalhos. A substituição, quando demandada pela CONTRATANTE, deverá ser realizada em até 48 horas pela CONTRATADA. O descumprimento ensejará aplicação de advertência e/ou multa conforme a gravidade da ocorrência.

4. SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS

- 4.1 Caso seja necessária a substituição de peças para o correto funcionamento dos equipamentos, deverão ser respeitadas as referências de marca e modelo das peças existentes nestes, de acordo com o projeto original do fabricante e configuração padrão.
- 4.2 As peças, componentes e acessórios, quando necessário, serão substituídas por outras peças, componentes e acessórios novos e preferencialmente originais. Quando houver uso de peças paralelas, deverá ser comprovada tecnicamente sua compatibilidade e tempo de garantia.
- 4.3 Na impossibilidade de substituição de peças por indisponibilidade no mercado devido à obsolescência do equipamento, a CONTRATADA deverá emitir laudo técnico detalhado, em papel timbrado da empresa, com o nome do responsável técnico e incluindo fotos que atestem esta condição.
- 4.4 Deverão ser registradas fotos das peças e equipamentos antes e depois das manutenções, sendo juntadas aos respectivos relatórios citados no item 3.9.
- 4.5 A responsabilidade pela correta operação de troca de peças e normalidade operacional dos equipamentos é da CONTRATADA. Havendo dano na peça trocada ou em outra subsequente, por erro, negligência no manuseio, imperícia ou falta de planejamento das ações, será de sua total responsabilidade a aquisição e reposição de um novo item sem ônus para a CONTRATANTE.

5. CONDIÇÕES DE GARANTIA

- 5.1 A CONTRATADA deverá garantir as manutenções e peças fornecidas por 90 (noventa) dias, mesmo após o término do contrato, conforme o disposto no art.26, II, §1º do Código de Defesa do Consumidor.
- 5.2 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros e é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, na forma dos Artigos 120 e 121 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

6. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 6.1 Os concorrentes deverão apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, admitindo-se a somatória de atestados quando necessário para comprovar o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do objeto de contratação que comprove(m) ter a licitante executado ou estar executando, de forma satisfatória, serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva em equipamentos de ar-condicionado, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.
- 6.2 Certidão de Registro junto ao CREA-SP ou CRT-SP da pessoa jurídica e de seus profissionais.
- 6.3 A CONTRATADA deverá fornecer o nome e o CREA-SP ou CRT-SP e anotação de responsabilidade técnica (ART) do Engenheiro ou Técnico de Nível Médio responsável pela manutenção dos equipamentos descritos no contrato. Estas informações devem constar também no Plano de Manutenção, Operação e Controle previsto no item 3.4, nos relatórios técnicos previstos no item 3.9 e laudo técnico previsto no item 4.3.
- 6.4 Apresentar o Atestado de Vistoria (Anexo II) aos locais descritos no Item 1 onde se encontram os equipamentos, o qual será fornecido no momento desta pelo servidor que a acompanhou. A vistoria é facultativa e deverá ser previamente agendada, devendo ser realizada em até 03

(três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública. A não realização de vistoria implica na aceitação tácita das condições locais.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 Executar os serviços, objeto deste Contrato e seu Termo de Referência, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste edital, através de técnicos devidamente capacitados, pertencentes ao quadro de funcionários da CONTRATADA. Em situações tecnicamente excepcionais e/ou emergenciais, devidamente justificadas à CONTRATANTE, será permitida à CONTRATADA realizar a subcontratação de profissionais sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 7.2 A CONTRATADA deverá seguir os termos dispostos pela Portaria MS/GM nº 3.523 de 28/08/1998 no que se refere aos produtos utilizados para a higienização e manutenção devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim.
- 7.3 A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento, sem ônus para a CONTRATANTE, de todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: de limpeza, lubrificação, graxas, estopas, soldas, nitrogênio, oxigênio, acetileno, gás, e demais produtos relacionados, bem como os instrumentais, equipamentos de proteção individual (EPI's), ferramentas e demais aparelhagens necessárias para a execução dos serviços.
- 7.4 A CONTRATADA deverá manter organizado, limpo e em bom estado de higiene o local onde estiver executando os serviços, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, coletando, removendo e descartando adequadamente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
- 7.5 A CONTRATADA responsabiliza-se pela manutenção da disciplina de seus funcionários, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição de qualquer técnico, devidamente motivada, considerada inadequada na área de trabalho, conforme itens 3.10 e 8.6.
- 7.6 Apresentar pessoal uniformizado e devidamente identificado com crachás para realizar os serviços dentro das dependências dos locais indicados no item 2.
- 7.7 Fornecer mão de obra especializada e qualificada, conforme especificado neste Termo de Referência, e que deverão ser maiores de 18 anos. A comprovação deste item poderá ser exigida quando da apresentação dos técnicos em suas visitas.
- 7.8 Respeitar rigorosamente todas as normas internas da CONTRATANTE, além das normas usuais de segurança e medicina do trabalho, previstas pela legislação trabalhista.
- 7.9 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 7.10 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços.
- 7.11 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados ao objeto do contrato.
- 7.12 Prestar o serviço contratado de forma completa, sem utilizar paliativo substitutivo como caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.
- 7.13 Não poderá recusar-se a executar serviço determinado pela CONTRATANTE, sem motivo justificado.
- 7.14 Não é permitido usar indevidamente patentes registradas.
- 7.15 Não destruir ou danificar equipamentos por culpa ou dolo de seus funcionários e caso aconteça será de inteira responsabilidade da CONTRATADA sua substituição sem ônus para a CONTRATANTE.

- 7.16 Cumprir determinação formal ou instrução complementar da CONTRATANTE nos prazos previamente estabelecidos para a execução de serviços.
- 7.17 Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo de Referência.
- 7.18 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Termo de Referência.
- 7.19 Designar uma pessoa responsável que esteja a par de todo o andamento do Contrato, a qual manterá contato permanente com a CONTRATANTE via e-mail, telefone e presencialmente sempre que necessário através do gestor e dos fiscais do contrato.
- 7.20 Entregar, por ocasião do pagamento, o cronograma e relatórios dos equipamentos previstos nos itens 3.4, 3.9 e laudo técnico previsto no item 4.3 quando for o caso.
- 7.21 Atender a todos os chamados, convocações e solicitações da CONTRATANTE, relacionados ao Contrato, nos prazos estipulados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, procedendo ao ateste das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta, e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- 8.2 Proporcionar os meios para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato.
- 8.3 Efetuar o pagamento dos serviços prestados nos termos do Artigo 4º, §1º, da Portaria SF nº 275, de 05 de setembro de 2024 ou outra que vier a substituí-la.
- 8.4 Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 8.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações, notificando a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 8.6 Solicitar a substituição de empregado da CONTRATADA que não estiver desempenhando suas atividades de forma satisfatória, devidamente motivando a solicitação para a substituição, conforme itens 3.10 e 7.5.
- 8.7 Comunicar formalmente através de e-mail institucional à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas nos equipamentos que comprometam o funcionamento do sistema, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA em suas obrigações de monitoramento, diligência técnica e atendimento tempestivo, bem como da execução das manutenções preventivas e corretivas previstas contratualmente.

9. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1 A fiscalização do cumprimento deste ajuste incumbirá aos servidores municipais Michael Rodrigues de Paula, RF 729.277.5 (fiscal), e André Feliciano Lopes, RF 754.034.5 (fiscal suplente), ou outros que vierem a substituí-los através de Portaria específica, observadas as condições estabelecidas no Edital que precedeu este ajuste.
- 9.2 Os responsáveis pela fiscalização, poderão ainda, diante dos relatórios apresentados pela CONTRATADA e/ou pelas unidades onde os serviços serão realizados, rejeitar aqueles executados com inconformidades, os quais deverão ser corrigidos pela CONTRATADA sem ônus à CONTRATANTE.
- 9.3 Os gerentes das unidades relacionadas no item 2 indicarão um servidor para a fiscalização e

acompanhamento da execução dos serviços prestados na unidade.

9.4 A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

10. CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

10.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

11. PENALIDADES

11.1 Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 11.2, com as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar; ou
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.1.1 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.2 A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 11.1, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

11.1.2.1 Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 3 (meses) meses.

11.1.2.2 Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 3 (três) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

11.2 A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

11.2.1 Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

11.2.1.1 No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

11.2.2 Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

11.2.3 Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

11.2.4 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

5	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
7	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
8	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
9	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
10	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência

16	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
17	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade na execução contratual.	4	Por ocorrência

- 11.2.4.1 A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.
- 11.2.5 Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.
- 11.2.5.1 A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 11.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.
- 11.3 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 11.3.1 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.
- 11.3.2 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 11.3.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 11.3.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
- 11.4 Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 11.5 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.
- 11.5.1 No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

12. PRAZO CONTRATUAL / INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1 O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data constante na Ordem de Início, e poderá ser prorrogado por sucessivos períodos com prazos iguais ou inferiores, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que os serviços ajustados tenham sido cumpridos satisfatoriamente e mediante prévia pesquisa de preço que atestem serem os preços praticados compatíveis aos do mercado.
- 12.2 A empresa vencedora deverá iniciar os serviços a partir do recebimento da data constante na Ordem de Início.

13. CONDIÇÕES DO AJUSTE

- 13.1 A contratação deste ajuste será formalizada mediante Nota de Empenho, da qual deverá constar, em anexo, todas as condições contratuais, inclusive as obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE.
- 13.2 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser CONTRATADA não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

- 13.3 A formalização do ajuste se dará com o recebimento da nota de empenho pela adjudicatária do objeto da licitação, que poderá se dar por qualquer meio comprovado.
- 13.4 Caso haja convocação para a adjudicatária retirar a nota de empenho, pelo Diário Oficial da Cidade, a empresa terá 05 (cinco) dias úteis para tanto.
- 13.5 Caso a nota de empenho seja encaminhada por meio eletrônico a empresa adjudicatária terá 03 (três) dias úteis para acusar seu recebimento da mesma forma.
- 13.6 A não retirada da nota de empenho ou o seu não recebimento no prazo estabelecido configurará recusa na contratação, incidindo as penalidades previstas neste Termo de Referência.
- 13.7 O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 13.8 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante nova abertura de prazo.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 No julgamento da proposta, esta Área Técnica Requisitante poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 14.5 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 14.6 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.7 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Termo de Referência, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 14.8 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 14.9 A Área Técnica Requisitante poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 14.10 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pela Área Técnica Requisitante e, se for o caso, as Unidades competentes.
- 14.11 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 14.12 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 14.13 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.
- 14.14 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 14.15 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 14.16 O resultado deste procedimento e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 14.17 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 14.18 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.



Michael Rodrigues de Paula
Assessor(a) Técnico(a)
Em 09/03/2026, às 14:39.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **152421111** e o código CRC **08545906**.

ANEXO I - RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Unidade	Local	Tipo	Marca	Capacidade (BTUs)	Modelo	Nº Série	Nº Patrimônio
AE José Bonifácio IV	Farmácia	Split	Agratto	12000	ECST12FR4-02	AQW43231277	Não consta
AE José Bonifácio IV	Farmácia	Split	Agratto	12000	ECST12FR4-02	AQW43231252	Não consta
AE José Bonifácio IV	Sala de Coleta	Split	Agratto	12000	ECST12FR4-02	AQW43231269	Não consta
AE José Bonifácio IV	Sala de coleta especial	Split	Agratto	12000	ECST12FR4-02	SEM VISUALIZAÇÃO	Não consta
AE José Bonifácio IV	Sala de Curativos	Split	Consul	18000	CBN18CBBNA	AQW43237469	Não consta
AE José Bonifácio IV	Sala de Medicação	Split	Agratto	12000	ECST12FR4-02	AQW43237468	Não consta
AE José Bonifácio IV	Sala de Pequena cirurgia	Split	Agratto	12000	ECST12FR4-02	AQW43237469	Não consta
Centro de Referência Saúde do Trabalhador	Auditório	Split	Midea	18000	38MBCA18M5	4818B1470459	001.052187441-5

Centro de Referência Saúde do Trabalhador	Auditório	Split	Midea	18000	42MBCA18M5	4818B14696425	001.052187437-7
CEO II Itaquera	Consultório de Odontologia	Split	Electrolux	18000	VI18F	51300699	001.052454745-8
CEO II Itaquera	Consultório de Odontologia	Split	Electrolux	18000	VI18F	95000813	001.052454748-2
CEO II Itaquera	Consultório de Odontologia	Split	Electrolux	18000	VI18F	51301045	001.052454746-6
CEO II Itaquera	Consultório de Odontologia	Split	Electrolux	18000	VI18F	51301040	001.052454747-4
CEO II Itaquera	Consultório de Odontologia	Split	LG	18000	TSNH1825NW5	401AZQV1F172	001.050826388-2
CEO I São Miguel	Clínica BOX2	SPLIT	VIX	12.000	AS-12UW2RLDDK00	1325009708	Não consta
CEO I São Miguel	Clínica BOX3	SPLIT	VIX	12.000	AS-12UW2RLDDK00	1325009704	Não consta
CEO I São Miguel	Clínica BOX4	SPLIT	VIX	12.000	AS-12UW2RLDDK00	1325009692	Não consta
CEO I São Miguel	Clínica BOX5	SPLIT	VIX	12.000	AS-12UW2RLDDK00	1325009701	Não consta
CEO I São Miguel	Clínica BOX6	SPLIT	VIX	12.000	AS-12UW2RLDDK00	1325009698	Não consta
CEO I São Miguel	Clínica BOX7	SPLIT	VIX	12.000	AS-12UW2RLDDK00	1325009691	Não consta
CEO I São Miguel	Clínica BOX8	SPLIT	VIX	12.000	AS-12UW2RLDDK00	1325009693	Não consta
CEO I São Miguel	Laboratório	SPLIT	VIX	17.000	AS-18HR5SXSCA00	425000606	Não consta
CEO I São Miguel	Sala RX	SPLIT	CARRIER	12.000	42LUCC12C5	Sem nº de série	Não consta
CRS Leste	Assessoria Jurídica	Split	Midea	18000	42MBCA18M5	4818B14695924	001.052187436-9
CRS Leste	Assessoria Técnica	Split	Carrier	60000	42ZQVD60C5		Não consta
CRS Leste	Contabilidade	Split	Philco	30000	PAC 30000FM3	0400116403YN78A	001.052454757-1
CRS Leste	Contabilidade	Split	Philco	30000	PAC 30000FM3		001.052454756-3
CRS Leste	Engenharia	Split	Midea	18000		S481B14696331	001.052187435-0
CRS Leste	Gabinete - sala da coordenadora	Cortina de Ar	Springer				Não consta
CRS Leste	Gabinete - sala da coordenadora	Split	LG	9000		7N1M00BA-711TAYUDM802	001.052423116-7
CRS Leste	Gabinete	Split	LG	9000		7N1M00BA-711TADRDM858	001.052423118-3
CRS Leste	Gabinete	Split	LG	9000		7D1M00A0-N712TAHQEZ457	001.052423117-5
CRS Leste	Gabinete	Split	LG	9000		7D1M00A0-712TALBEZ440	001.052423119-1
CRS Leste	Gabinete	Cortina de Ar	Springer				Não consta
CRS Leste	Gabinete - sala de reunião	Split	Springer - Midea	30.000	42MACA30S538KCX305		001.051446372-3
CRS Leste	Gráfica	Cortina de Ar	Vix				001.052454759-8
CRS Leste	Gráfica	Split	Carrier	36000	42XQL36C5	3417B11359395	Não consta
CRS Leste	Gráfica	Split	Carrier	36000	42XQL36C5	3018B13657891	Não consta
CRS Leste	Informática	Split	Agratto		LCST24QFI-02I	KTV11158	Não consta
CRS Leste	Informática	Split	Electrolux	18000			Não consta

CRS Leste	Manutenção	Cortina de Ar	Vix				001.052454758-0
CRS Leste	Manutenção	Split	Agratto	12000	ECST12F-R4	AQW43237473	Não consta
CRS Leste	Manutenção	Split	Electrolux	18000	VI18F	51301037	001.052454743-1
CRS Leste	Ouvidoria/Compras	Split	Carrier	60000	42ZQVD60C5		Não consta
CRS Leste	Sala de Rack	Split	Consul		CBN18CBBNA		Não consta
CRS Leste	Sala de Rack	Split	Electrolux	18000	VI18F	51301977	Não consta
CRS Leste	Sala de Reunião	Split	Springer	30000		42MACA30S538KCX305	Não consta
CRS Leste	SAMU	Cortina de Ar	Vix				001.052454760-1
CRS Leste	SAMU	Split	Agratto		LCST9QFI-02I	KTH20409	Não consta
CRS Leste	SAMU	Split	Philco	12000	PAC12000TFM9	096652449	001.052454742-3
CRS Leste	Vigilância em Saúde	Split	Electrolux	18000	VI18F	51300547	001.052454755-5
CRS Leste	Vigilância em Saúde	Split	Electrolux	18000	VI18F	94901718	001.052454753-9
CRS Leste	Vigilância em Saúde	Split	Electrolux	18000	VI18F	51302031	001.052454754-7
CRS Leste	Assessoria Técnica	Split	Philco	57000	PAC60000PFM5		Não consta
CRS Leste	Assessoria Técnica	Split	Philco	57000	PAC60000PFM5		Não consta
CTA São Miguel	Farmácia	SPLIT	ELGIN	30.000	HVFI30B2IA	SEM N° DE SÉRIE	001.052485469-5
CTA São Miguel	Gerência	SPLIT	AGRATTO	18.000	ACS18FR4-02	QBC156075	Não consta
CTA São Miguel		JANELA	CONSUL	7.000	-----	-----	Não consta
CTA São Miguel		JANELA	CONSUL	7.000	-----	-----	Não consta
CTA São Miguel		PORTÁTIL	MIDEA SPRINGER	12000	MPH-12CRV2	PL402000057	Não consta
CTA Sérgio Arouca	Sala Técnica	Split	Consul		CBN18CBBNA	MA2812507	Não consta
CRS Leste / Escola Técnica	Informática	Portátil	Elgin	12000	TEFN12B1NA	A16205199401WQQ374	001.052187944-1
CRS Leste / Escola Técnica	Sala de Reunião	Split	Samsung	12000	AR12HCSUAWQNAZ	02BTPXDHC00658	001.052187943-3
CRS Leste / Escola Técnica	Secretaria	Portátil	Elgin	12000	TEFN12B1NA	A16205199401WQQ313	001.052187945-0
CRS Leste / Escola Técnica	Secretaria	Portátil	Elgin	12000	TEFN12B1NA	A16205198801W00260	001.052187946-8
Laboratório São Miguel	Biologia Molecular	Split	Consul	12000	CBN12CBBNA	MI0461967	Não consta
Laboratório São Miguel	Corredor de Geladeiras	Split	Midea	24000	42AGVCC24M5	3822B10935359	Não consta
Laboratório São Miguel	Sala de Cadastro	Split	Philco	36000	Eco Inverter R32	4440024430Y10AA	Não consta
NEC São Mateus	Sala de Cirurgia	Split	Agratto	18000	ECS18FRA4-02	CTT10159383	Não consta
NEC São Mateus	SALA DE CIRURGIA	Split	AGRATTO	18000BTU	ECS 18FRA4-02	CTT10159383	Não consta
PADI Leste	Almoxarifado	Split	Agratto	12000	LCST24QF-021	KTN18519	Não consta
PADI Leste	Antecâmara	Split	Midea	18000	38TFCA18S5	3522B10805728	Não consta
PADI Leste	Antecâmara	Split	Agratto	24000	LCST24QF-021	KTV10873	Não consta
PADI Leste	Recepção	Split	LG	22000	S4NW24KE311	006AZFM08675	Não consta
PADI Leste	Sala Adm	Janela	Carrier	7500	Springer	Não Possui	5127930-3
PADI Leste	Sala Adm	Split	Agratto	12000	LCST24QF-021	KTN19141	Não consta
PADI Leste	Sala de Freezer	Split	Agratto	24000	LCST24QF-021	KTV10884	Não consta
CRS Leste / Recursos Humanos	Apuração de Tempo	Split	Consul	18000	CBN18CBBNA	MA2809087	Não consta
CRS Leste / Recursos Humanos	Gerência	Split	Consul	18000	CBN18CBBNA	MA2809540	Não consta

CRS Leste / Recursos Humanos	Sala de Pagamento	Split	Consul	18000	CBN18CBBNA	MA2812505	Não consta
SAE DST/AIDS Cidade Líder II	Consultório Nutrição	Split	LG	18000			Não consta
SAE DST/AIDS Cidade Líder II	Consultório Odontológico	Split	Agratto	18000	CCS18QFR4-02	ADJ7894	Não consta
SAE DST/AIDS Cidade Líder II	Farmácia 1	Split	Consul	12000	CBN12CBBNA	MH2079369	Não consta
SAE DST/AIDS Cidade Líder II	Farmácia 2	Split	Consul	12000	CBN12CBBNA	MH2083203	Não consta
SAE DST/AIDS Cidade Líder II	Sala de Coleta	Split	Consul	12000	CBN12CBBNA	MH2079372	Não consta
SAE DST/AIDS Cidade Líder II	Sala de Enfermagem	Split	Consul	12000	CBN12CBBNA	MHV26620	Não consta
SAE DST/AIDS Cidade Líder II	Sala de Vacina	Split	Consul	12000	CBN12CBBNA	MH2026623	Não consta
SAE DST/AIDS Fidélis Ribeiro	a definir	Split	Agratto	12000	ECST12FIR4-02	VCX10161891	Não consta
SAE DST/AIDS Fidélis Ribeiro	a definir	Split	Agratto	12000	ECST12FIR4-02	VCX10161931	Não consta
SAE DST/AIDS Fidélis Ribeiro	Farmácia	Split	LG	18000	S4NQ18KL3WB	808AZPU5Y688	001.052187387-7
SAE DST/AIDS Fidélis Ribeiro	Odontologia	Split	Fontaine	24000			001.051695186-5
SAE DST/AIDS São Mateus	Almoxarifado	Split	Agratto	12000	ECST12FRA-02	AQW43231392	Não consta
SAMU - Base CRS Leste		Split	Philco	12000	PAC12000TFM9		001.052454742-3
STS Ermelino Matarazzo	Sala Adm	Split	Midea	24000	42MBCA24M5	4118B14244480	Não consta
STS Ermelino Matarazzo	Sala Assessoria	Split	Midea	24000	42MBCA24M5	5018B14841409	Não consta
STS Ermelino Matarazzo	Sala Gerência	Split	Samsung	12000	AR12JPSUAWQNAZ	02FVPXCH904377H	Não consta
STS Ermelino Matarazzo	Sala Informação (INFO)	Split	Midea	12000	42MACA12S5	2818B13574481	Não consta
STS Guaianases	Porta de entrada	Cortina de Ar	Sprinter		ACF15S5	CC131700740	Não consta
STS Guaianases	Porta de entrada	Cortina de Ar	Sprinter		ACF15S5	CC131701527	Não consta
STS Guaianases	Porta de entrada	Cortina de Ar	Sprinter		ACF15S5	CC131700952	Não consta
STS Guaianases	Porta de entrada	Cortina de Ar	Sprinter		ACF15S5	CC131700680	Não consta
STS Guaianases	Sala de reuniões	Split	Trane	36000	4TTK1536A1000AA	191156014736YCP0025	Não consta
STS Guaianases	Sala de reuniões	Split	Trane	36000	4TTK1536A1000AA	191156014736YCP0130	Não consta
STS Guaianases	Salão Técnicos	Split	Carrier	80000	38CCL090535MC	3720B18263762	Não consta
STS Guaianases	Salão Técnicos	Split	Carrier	80000	38CCL090535MC	3720B18263752	Não consta
STS Guaianases	Salão Técnicos	Split	Elgin	80000	OUFEB0B4NA	06237068	Não consta
STS Guaianases	Salão Técnicos	Split	Elgin	80000	OUFEB0B4NA	06674473	Não consta
STS Itaquera	Assistência Farmacêutica	Portátil	Consul	12000	C1A12BBANA	IL5002544	001.052220259-3
STS Itaquera	Gabinete	Portátil	DeLongui/Pinguino	10500	PAC C105	151851024	001.052215687-7
STS Itaquera	RH	Portátil	Olimpia Splendid	11600	1223	3155T0010590	001.052455901-4
STS Itaquera	Sala de TI	Portátil	DeLongui/Pinguino	13000	PAC AN130RF	54326	001.052215706-7
STS São Miguel	Gabinete	PORTÁTIL	Springer	12000	MPN-12CRV1	NUV111400934	Não consta
STS São Miguel	Sala Administrativa	PORTÁTIL	Springer	12000	MPN-12CRV1		Não consta
STS São Miguel	Sala Administrativa	SPLIT	Midea	22000	MSS-22CR		Não consta

STS São Miguel	Sala Administrativa	SPLIT	Midea	22000	MSS-22CR		Não consta
STS São Miguel	Sala de TI	PORTÁTIL	Springer	12000	MPH-12CRV1	NUV11140042	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Consultório 18	Split	Gree	12000	GSW12-22L/C/I		Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Consultório de Odontologia	Split	Agratto	12000	ECST12F-R4	AQW43237477	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Consultório de Odontologia	Split	Agratto	12000	ECST12F-R4	AQW43237470	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Consultório de Odontologia	Split	Agratto	12000	ECST12F-R4	AQW43237474	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Farmácia	Janela	Springer	21000		S1516B18775835	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Recepção	Cortina de Ar	Springer			CF131700658	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Recepção	Cortina de Ar	Springer			CF1317000663	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Recepção	Cortina de Ar	Springer			CF131700088	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Recepção	Cortina de Ar	Springer			CF471600136	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Recepção	Cortina de Ar	Springer			CF471600270	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Recepção	Cortina de Ar	Springer			CF471600128	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Recepção	Janela	Springer	21000	B17528889		Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Sala de Coleta	Split	Agratto	12000	ECST12F-R4	AQW43231401	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Sala de Curativos	Split	Agratto	12000	ECST12F-R4	AQW43237466	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Sala de Medicação	Split	Agratto	12000	ECST12F-R4	AQW43231261	Não consta
UBS Júlio de Gouveia	Sala de Vacina	Split	Consul		CBN18CBBNA	MA2823481	Não consta
UBS Vila Jacuí	Coleta	split	PHILCO	12.000	ECO INVERTER R 32	2360738801yu72b	Não consta
UBS Vila Jacuí	Emergência	split	PHILCO	12000	ECO INVERTER R 32		Não consta
UBS Vila Jacuí	FARMÁCIA	PORTÁTIL	GREE	3500	GPC 12AH-A3NNC3D	713829WO15251	Não consta
UBS Vila Jacuí	FARMÁCIA	SPLIT	TCL	24000	EVAP 24KCO-OF	940655A033AA000807	Não consta
UBS Vila Jacuí	Odontologia	JANELA	ELECTROLUX		VI18F_VE18F		001.052454750-4
UBS Vila Jacuí	Odontologia	JANELA	ELECTROLUX		VI18F_VE18F		001.052454752-0
UBS Vila Jacuí	Sala de curativo	JANELA	SPRINGER /		SILENTIA 2100		Não consta
UBS Vila Jacuí	sala de farmácia	Split	AGRATTO	12000	ESCT12R 403		Não consta
UBS Vila Jacuí	Sala de inalação	Split	AGRATTO	12000	ESCT12R 402		Não consta
UBS Vila Jacuí	SALA DE REUNIÃO	PORTÁTIL	GREE	3500	GPC 12AH-A3NNC3D	713829WO15340	Não consta
UBS Vila Jacuí	Sala de vacina	PORTÁTIL	SPRINGER MIDEA	12.000	MPH-	341B6617601092602H0070	Não consta
UBS Vila Jacuí	Sala de Vacina	Split	TCL	24000	TAC - 24CSA	940655A033AA000807	Não consta
UBS Vila Nossa Senhora Aparecida	Consultório de Odontologia	Split	Agratto	12000	ECST12F-R4		Não consta
UBS Vila Nossa Senhora Aparecida	Consultório de Odontologia	Split	Agratto	12000	ECST12F-R4	AQW43196144	Não consta
UBS Vila Nossa Senhora Aparecida	Farmácia	Janela	Springer	21000	Janela	S3615B17528928	Não consta
UBS Vila Nossa Senhora Aparecida	Sala de Medicação	Split	Komeco	9000	KAC 09 CHSA 1	941115B150AA000037	Não consta

UBS Vila Nossa Senhora Aparecida	Sala de Vacina	Split	Electrolux	12000	VI12F	23749440	Não consta
UBS Vila Regina	Farmácia	Janela	Springer	21000		S1516B16473147	Não consta
UBS Vila Regina	Recepção	Cortina de Ar	Springer	21000		CC131700365	Não consta
UBS Vila Regina	Recepção	Cortina de Ar	Springer	21000		CC1311700433	Não consta
UBS Vila Regina	Recepção	Cortina de Ar	Springer	21000		CC1311700433	Não consta
UBS Vila Regina	Recepção	Cortina de Ar	Springer	21000		CS471600472	Não consta
UBS Vila Regina	Recepção	Cortina de Ar	Springer	21000		CF131700667	Não consta
UBS Vila Regina	Recepção	Janela	Springer	21000		S3615B17529003	Não consta
UBS Vila Regina	Recepção	Janela	Springer	21000		S1516B18775776	Não consta
URSI São Mateus	a definir	SPLIT	HISENSE	12000	HW 12K	22739	Não consta
URSI São Mateus	a definir	SPLIT	AGRATTO	9000	HW 9	RPQ 45249	Não consta
URSI São Mateus	a definir	SPLIT	AGRATTO	9000	HW 9	RPQ 65360	Não consta
URSI São Mateus	a definir	SPLIT	CF HQ	18000	WI WALL 18	821622	Não consta
URSI São Mateus	a definir	SPLIT	CF HQ	18000	WI WALL 18	821623	Não consta
UVIS Itaquera	a definir	Split	Consul	18000	CBN1BCBBNA	MB9711505	001.053706965-7
UVIS Itaquera	a definir	Split	Consul	18000	CBN1BCBBNA	MA7725217	Não consta
UVIS São Miguel	Ambiental	SPLIT	PHILCO	36.000	ECO INVERTER R 32	4400013931Y10AA e 4400005282Y10AA	Não consta
UVIS São Miguel	Praça Atendimento	SPLIT	PHILCO	36.000	ECO INVERTER R 32	4400010104Y10AA e 4400048907Y10AA	Não consta
UVIS São Miguel	Sala Epidemio	SPLIT	PHILCO	36.000	ECO INVERTER R 32	4400005507Y10AA	Não consta
UVIS São Miguel	Sala Gerente	SPLIT	AGRATTO	24.000	INVERTER BARR	KTV12877	Não consta
UVIS São Miguel	Sala Reunião	SPLIT	AGRATTO	24.000	INVERTER BARR	KTV11166	Não consta
UVIS São Miguel	Sala Sanitária	SPLIT	PHILCO	36.000	ECO INVERTER R 32	4400010960Y10AA	Não consta

ANEXO II

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Pregão Eletrônico Nº XX/2025

Declaro que a empresa _____,

CNPJ Nº: _____, sediada à _____,

Telefone _____, vistoriou minuciosamente os locais e equipamentos onde serão executados os serviços objeto do Pregão Eletrônico XXX/2026-CRS.Leste, tomando conhecimento de todas as informações e condições para a execução dos serviços licitados.

São Paulo, ____ de _____ de 2025.

Assinatura/Carimbo do Declarante

Assinatura/Carimbo da Empresa

ANEXO III

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XXXXXXX

PROCESSO: 6018.2025/0132526-7

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXXX

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da Coordenadoria Regional de Saúde Leste.

CONTRATANTE: Prefeitura do Município De São Paulo – Secretaria Municipal da Saúde/Coordenadoria Regional de Saúde Leste

CONTRATADA: XXXXXX

VALOR DO CONTRATO: XXXXXXXX

DOTAÇÃO A SER ONERADA: XXXXXXXXXX

NOTA DE EMPENHO: XXXXXXXXXXXX

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde/Coordenadoria Regional de Saúde Leste e a empresa XXXXXXXXXXXXXXX.

O **Município de São Paulo**, por sua Secretaria Municipal da Saúde/Coordenadoria Regional de Saúde Leste neste ato representada pela Dra. Nilza Maria Piassi Bertelli, Coordenadora de Saúde, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, nº XXXXXXXXXXXX, Bairro: XXXXXXXXXXXX Cidade: XXXXXXXXXXXX, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº XXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu representante legal XXXXXXXXXXXX (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho de fls. XXX, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da Coordenadoria Regional de Saúde Leste.

1.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência e seus anexos, parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A prestação dos serviços será executada nas unidades:

AE José Bonifácio IV

R. ANDREAS AMON, 150 - ITAQUERA

CEP: 08255-130

Fone: 2523-3322

Centro de Referência Saúde do Trabalhador

R. BARROS CASSAL, 71 - ITAQUERA

CEP: 08210-180

Fone: 5237-8370 / 5237-8365

CEO II Itaquera

R. ANDREAS AMON, 150 - JOSE BONIFACIO

CEP: 08255-130

Fone: 2522-8287

CEO I São Miguel

R. JOÃO AUGUSTO DE MORAIS, 348 - SAO MIGUEL PAULISTA

CEP: 08010-130

Fone: 2033-0511

CRS Leste / Sede

Avenida Pires do Rio, 2480

CEP: 08041-000

Fone: 5193-0640

CRS Leste / Almoxarifado, Gráfica e SAMU

Avenida Pires do Rio, 191

CEP: 08020-000

Fone: 5193-0664

CRS Leste / Escola Técnica e Recursos Humanos

Endereço: R. Pedro Avelino, 142 - Vila Dr. Eiras, São Paulo - SP

CEP: 08010-170

Fone: (11) 2017-2971

CTA São Miguel

R. JOSE ALDO PIASSI, 85 - SÃO MIGUEL PAULISTA

CEP: 08011-300

Fone: 2297-6052

CTA Sérgio Arouca

R. VALENTE DE NOVAIS, 131 - ITAIM PAULISTA

CEP: 08120-420

Fone: 2561-3052

Laboratório Municipal de São Miguel

AV. MARIA SANTANA, 1069 SAO PAULO - SAO MIGUEL PAULISTA

CEP: 08040-600

Fone: 2057-5708

PADI Leste

Avenida Professor João Batista Conti, 829 - Itaquera

CEP 0825-210

Fone: 5237-8763

SAE DST/AIDS Cidade Líder II

R. MEDIO IGUAÇU, 86 - CIDADE LIDER

CEP: 08285-130

Fone: 2748-0255

SAE DST/AIDS Fidélis Ribeiro

R. PEIXOTO, 100 - PONTE RASA

CEP: 03627-010

Fone: 2621-0217

SAE DST/AIDS São Mateus

AV. MATEO BEI, 838 1º ANDAR - SÃO MATEUS

CEP: 03949-000

Fone: 5237-8915

SAMU - Base CRS Leste

Avenida Pires do Rio, 191 - Vila Americana

CEP: 08020-000

STS Ermelino Matarazzo

Avenida São Miguel, 5977 - Ermelino Matarazzo

CEP 08070-002

Fone: (11) 5193-0605

STS Guaianases

Estrada Itaquera Guaianazes, 2722A - Guaianazes

CEP 08420-495

Fone: (11) 5108-7810

STS Itaquera

Rua Américo Salvador Novelli, 154 - 1º andar - Itaquera

CEP 08210-090

Fone: (11) 5193-0215

STS São Miguel

Rua Dona Ana Flora Pinheiro de Souza, 76 - São Miguel Paulista

CEP: 08060-150

Fone: (11) 5128-1786

UBS Itaim Paulista - Dr. Júlio de Gouveia

PRAÇA MAJOR JOSE LEVY SOBRINHO, 139 - ITAIM PAULISTA

CEP: 08110-460

Fone: 2561-9443

UBS Vila Jacuí

R. EDIPO FELICIANO, 165 - VILA JACUÍ

CEP: 08060-220

Fone: 2297-8709

UBS Vila Nossa Senhora Aparecida

R. PAULINO SERQUEIRA X GUAIA GUAÇU, 1 - ITAQUERA

CEP: 08215-160

Fone: 5237-9755

UBS Vila Regina

R. CATARINA LOPES, 450 - VILA REGINA

CEP: 08225-000

Fone: 2205-6003 / 2944-7662

URSI São Mateus

R. ANGELO DE CANDIA, 1109 - SÃO MATEUS

CEP: 03958-000

Fone: 5237-9820

UVIS Itaquera

Rua Silvianópolis, 569 - Jardim São Pedro

CEP: 08420-680

Fone: 5237-9176

UVIS / NEC São Mateus

Av. Ragueb Chohfi, 1400 - Jardim Três Marias

CEP: 08375-000

Fone: 5237-9091 / 5237-9103 / 5237-9092

UVIS São Miguel

Rua Engenheiro Manuel Osório, 25 - Vila Dr. Eiras

CEP 08010-160

5237-9115/ 5237-9116/ 5237-9117/ 5237-9119/ 5237-9120

CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo de execução do contrato terá duração de 12 (doze) meses, que será contado a partir da data fixada na Ordem de Início.

3.2. A contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal da Saúde/Coordenadoria Regional de Saúde Leste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura deste Contrato, a seguinte documentação necessária à emissão da Ordem de Início:

a) Cópia da apólice dos seguintes seguros, que deverão ser mantidos durante todo o período de execução do objeto:

- Risco de responsabilidade civil da contratada;
- Contra acidentes de trabalho;
- Riscos diversos de acidentes físicos da prestação de serviços, além de outros exigidos pela legislação pertinente.

3.3. A CONTRATADA se compromete a apresentar a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica referente ao objeto a ser executado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Início.

3.3.1. O atraso na entrega do presente documento ensejará multa, conforme o item 10.2.1 do presente instrumento.

3.4. O presente instrumento poderá ser prorrogado, desde que haja concordância das partes e seja observado o disposto do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

4.1. O valor total estimado da presente contratação para o período de 12 (doze) meses é de R\$ _____ (_____).

4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em

conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3. Para fazer às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº XXXXX, no valor de R\$ XXXXX (XXXX), onerando a dotação orçamentária nº XXXXXX do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4. Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.4.1. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/17.

4.4.1.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 4.4.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.5. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

b) Garantir total qualidade dos serviços contratados;

c) Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência e seus anexos do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;

d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

e) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;

f) Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;

g) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

h) Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;

i) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

j) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

k) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

5.2.1. A subcontratação parcial do objeto, poderá ser autorizada pela fiscalização do contrato, quando devidamente motivada pela contratada, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do objeto, devendo observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2.021.

CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência

e seus anexos do Edital, cabendo-lhe especialmente:

- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, nos termos do Decreto Municipal nº 54.873/2014, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- i) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- j) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.2. A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.3. A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA DO PAGAMENTO

7.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

7.1.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.2. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

7.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

7.2.1. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09.

7.2.2. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 101/05, com as alterações da Portaria SF nº 118/05.

7.3. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

7.4. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
 - b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
 - c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
 - d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
 - e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
 - f) Folha de Medição dos Serviços;
 - g) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual;
 - h) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução contratual;
 - i) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;
 - j) Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
 - k) Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;
 - l) Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;
 - m) Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.
- 7.4.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 7.5. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.
- 7.6. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.4.1, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.
- 7.7. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.
- 7.8. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

- 8.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022 e das demais normas complementares aplicáveis
- 8.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 8.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 8.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA NONA DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1. A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 9.2. A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
- 9.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 9.3. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.
- 9.4. O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.
- 9.5. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal

devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.5.1. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS PENALIDADES

10.1. Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.2, com as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) impedimento de licitar e contratar; ou

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.1.2. A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 10.1, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

10.1.2.1. Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 3 (meses) meses.

10.1.2.2. Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 3 (três) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

10.2. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

10.2.1. Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

10.2.1.1. No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.2. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.3. Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.4. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
-------------	------------------	-------------	-------------------

1	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência

Para os itens a seguir, deixar de:

5	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
7	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
8	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
9	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
10	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
11	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
12	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
13	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
14	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
16	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
17	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade na execução contratual.	4	Por ocorrência

10.2.4.1. A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar

da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

10.2.5. Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

10.2.5.1. A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

10.3. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

10.3.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

10.3.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.3.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

10.4. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.5. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

10.5.1. No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA GARANTIA

11.1. Para execução deste contrato, apresentou-se documento comprobatório da garantia sob o nº no valor de R\$, correspondente ao importe de do valor total do contrato, sob a modalidade, nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21, observado o quanto disposto na Portaria SF nº 122/2009.

11.1.1. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

11.1.1.1. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula 10.2.1 deste contrato.

11.1.2. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

11.1.3. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.

11.1.4. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2. A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 270 (duzentos e setenta) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

12.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de

seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6. A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 12.4 do edital.

12.8. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do Pregão Eletrônico XXX/2026-CRS.Leste sob documento SEI nº do processo administrativo nº

12.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

12.10. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

13.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, dd de mmm de aaaa.

**Prefeitura do Município de São Paulo
CONTRATANTE**

CONTRATADA

Nome:

RG: Cargo:

TESTEMUNHAS:

Referência: Processo nº 6018.2025/0132526-7

SEI nº 152421111

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

PROCESSO: 6018.2025/0132526-7

TIPO: MENOR PREÇO (VALOR MENSAL ESTIMADO)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, de acordo com as especificações contidas ao Anexo I – Termo de Referência.

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

Fls. 01/02

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº....., estabelecida na.....nº....., telefone/fax nºs....., e-mail....., propõe fornecer o objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e instalação e desinstalação de aparelhos de ar condicionado							
De acordo com especificações técnicas contidas ao Anexo I - Termo de Referência							
ITEM EDITAL	LOTE COMPRASGOV	DESCRIPTIVO	TIPO	CAPACIDADE (BTUs)	QTD	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	1	Manutenção de Ar Condicionado/Cortina de Ar, com o respectivo fornecimento de peças e materiais.	Split	9.000	8	R\$	R\$
				12.000	46	R\$	R\$
				17.000	1	R\$	R\$
				18.000	33	R\$	R\$
				22.000	2	R\$	R\$
				24.000	11	R\$	R\$
				30.000	5	R\$	R\$
				36.000	9	R\$	R\$
				57.000	2	R\$	R\$
				60.000	2	R\$	R\$
			Cortina de Ar	80.000	4	R\$	R\$
				21.000	5	R\$	R\$
			Janela	Não se aplica	15	R\$	R\$
				7.000	2	R\$	R\$
				7.500	1	R\$	R\$
				18.00	2	R\$	R\$
				21.000	8	R\$	R\$
			Portátil	3.500	2	R\$	R\$
				10.500	1	R\$	R\$
				11.600	1	R\$	R\$
				13.000	1	R\$	R\$
				12.000	9	R\$	R\$



**Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde**

2	Instalação ou desinstalação de Ar Condicionado/Cortina de Ar, com o respectivo fornecimento de peças e materiais.	***	***	5 (mensal)	R\$	R\$
TOTAL					R\$	R\$

Valor Total Mensal Estimado do Lote: R\$ _____ (_____)

DAS CONDIÇÕES GERAIS

01. Prazo de execução: Conforme constar na **Ordem de Início de Serviços** a ser emitida pela CONTRATANTE.

✓ **Indicação Conta Corrente:** Decreto Municipal 51.197/2010

Banco do Brasil S/A

Nome e nº Agência: _____ nº _____ - Nº Conta: _____



Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

PROCESSO: 6018.2025/0132526-7

TIPO: MENOR PREÇO (VALOR MENSAL ESTIMADO)

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

Fls. 02/02

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de prestar o serviço, na quantidade estabelecida e no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que prestará o serviço de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando todas as condições, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

DA VALIDADE DA PROPOSTA :(.....) dias corridos. (), contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, de

de 2026

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:



Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

PROCESSO: 6018.2025/0132526-7

TIPO: MENOR PREÇO (VALOR MENSAL ESTIMADO)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, de acordo com as especificações contidas ao Anexo I – Termo de Referência.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE

REF.: Pregão Eletrônico nº 90002/2026 – CRS-Leste

A empresa....., com sede na
....., nº, C.N.P.J. nº
....., **DECLARA**, sob as penas da lei e por ser a
expressão da verdade, que não está cadastrada e não possui débitos junto à Fazenda do
Município de São Paulo.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBS.: esta declaração deverá ser preenchida e apresentada no original, apenas pelas empresas que não são cadastradas no Município de São Paulo.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

**Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

PROCESSO: 6018.2025/0132526-7

TIPO: MENOR PREÇO (VALOR MENSAL ESTIMADO)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, de acordo com as especificações contidas ao Anexo I – Termo de Referência.

ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1)** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.
- 2)** que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3)** que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

**Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde**

- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 9) Que, caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, declara, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de de 2026.

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

PROCESSO: 6018.2025/0132526-7

TIPO: MENOR PREÇO (VALOR MENSAL ESTIMADO)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, de acordo com as especificações contidas ao Anexo I – Termo de Referência.

ANEXO V

CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

(BALANÇO PATRIMONIAL)

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC):} \quad \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG):} \quad \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq \dots$$

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez geral – índice maior ou igual a 1,00

Liquidez corrente – índice maior ou igual a 1,00

Solvência geral – índice maior ou igual a 1,00

ASSINATURA DO CONTADOR
CRC



Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

PROCESSO: 6018.2025/0132526-7

TIPO: MENOR PREÇO (VALOR MENSAL ESTIMADO)

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva, corretiva e instalação de aparelhos de ar-condicionado, com o respectivo fornecimento de peças e materiais necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos nas unidades sob administração direta da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, de acordo com as especificações contidas ao Anexo I – Termo de Referência.

ANEXO VI

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(A planilha de composição de custos e encargos servirá para justificar os valores apresentados e auxiliar na condução da contratação)

Cada objeto terá uma planilha de composição de custos própria.

A tabela a seguir serve apenas como mero exemplo.

Valor Unitário Mensal			
-----------------------	--	--	--

I - Salário estimado do profissional			

II - Composição da remuneração			
	Salário		R\$ -
	Outros (discriminar)		R\$ -
Total da remuneração			R\$ -

III - Encargos sociais incidentes sobre a remuneração			
Grupo A - Encargos sociais básicos			
A .01	INSS	%	R\$ -
A .02	FGTS	%	R\$ -
A .03	SESI / SESC	%	R\$ -
A .04	SENAI / SENAC	%	R\$ -

A .05	INCRA	%	R\$ -
A .06	SEBRAE	%	R\$ -
A .07	Salário Educação	%	R\$ -
A .08	Riscos Ambientais do Trabalho (RAT x FAP)	%	R\$ -
Subtotal do Grupo A		Σ %	R\$ -

Grupo B - Encargos que recebem a incidência do grupo A			
B .01	13º salário	%	R\$ -
B .02	Férias (incluindo 1/3 constitucional)	%	R\$ -
B .03	Aviso Prévio Trabalhado	%	R\$ -
B .04	Auxílio doença	%	R\$ -
B .05	Acidente de Trabalho	%	R\$ -
B .06	Faltas legais	%	R\$ -
B .07	Férias sobre licença maternidade	%	R\$ -
B .08	Licença paternidade	%	R\$ -
Subtotal do Grupo B		Σ %	R\$ -

Grupo C - Encargos que não recebem a incidência do grupo A			
C .01	Aviso Prévio Indenizado	%	R\$ -
C .02	Indenização Adicional	%	R\$ -
C .03	Multa do FGTS - funcionários ativos	%	R\$ -
C .04	Contribuição Social (LC 110/2001) - funcionários ativos	%	R\$ -
Subtotal do Grupo C		Σ %	R\$ -

Grupo D - Incidência do Grupo A sobre o Grupo B			
--	--	--	--



CIDADE DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde

D.01	Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	%	R\$ -
Subtotal do Grupo D		Σ %	R\$ -

Grupo E - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado			
E.01	Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	%	R\$ -
E.02	FGTS sobre afastamento superior 15 dias por acidente trabalho	%	R\$ -
Subtotal do Grupo E		Σ %	R\$ -

Grupo F - Incidência do Grupo A sobre o Salário-Maternidade			
F.01	Encargos do grupo "A" sobre salário-maternidade	%	R\$ -
Subtotal do Grupo F		Σ %	R\$ -

Taxa Total de Encargos Sociais (A + B + C + D + E + F)	Σ %	R\$ -
---	------------	------------------

V - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais	R\$ -
--	------------------

VI – Insumos			
	Uniforme		
	Manutenção de equipamentos		
	Auxílio Alimentação		
	Vale-transporte		
			R\$ -

VII - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais + Insumos	R\$ -
--	------------------

VIII - Benefícios e Despesas Indiretas – BDI			
	LDI	%	R\$ -
	Despesas Administrativas / Operacionais	%	R\$ -
	Outras despesas (discriminar)	%	R\$



CIDADE DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Saúde
Coordenadoria Regional de Saúde

			-
Total – Benefícios e despesas indiretas		Σ %	R\$ -

IX - Tributação sobre o faturamento			
	ISSQN ou ISS	%	R\$ -
	COFINS	%	R\$ -
	PIS	%	R\$ -
Total - Tributos sobre o faturamento		Σ %	R\$ -

X - Valor Total Geral		R\$ -
------------------------------	--	-----------------

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Observações:

- A empresa contratada deverá apresentar uma planilha de custo para cada posto de trabalho constante do Anexo II - “Modelo de Proposta de Preços”;
- O percentual, a inclusão e a exclusão de cada item da planilha é de responsabilidade da Contratada;
- Os percentuais do item “III – Encargos Sociais” incidem diretamente sobre o item “Total da Remuneração”;
- Os percentuais do item “VIII - Benefícios e Despesas Indiretas – BDI” incidem sobre o item “VII - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais + Insumos”;
- Os percentuais do item “IX - Tributação sobre o faturamento” incidem sobre o item “X - Valor Total Geral”;
- O item “X - Valor Total Geral” refere-se à somatória de “VII - Valor total de Remuneração + Encargos Sociais + Insumos”, “Total – Benefícios e despesas indiretas” e “Total - Tributos sobre o faturamento”;
- O item “X - Valor Total Geral” é o valor a ser importado para a planilha do Anexo II - “Modelo de Proposta de Preços”.